



ANÁLISE DO MERCADO DE CRÉDITO NO BRASIL

XIII SEMINÁRIO ANUAL SOBRE ESTABILIDADE
FINANCEIRA E ECONOMIA BANCÁRIA

Ana Carla Abrão Costa
Oliver Wyman

www.oliverwyman.com

Sumário executivo

Perspectivas para o mercado de crédito brasileiro

- 1 • **Há relação de causalidade entre tamanho e profundidade do mercado de crédito e crescimento econômico.** No Brasil o crédito é caro e escasso: Impostos, inadimplência, taxa de juros, falta de informação e outras especificidades explicam boa parte dessa situação

- 2 • **O sistema brasileiro apresenta uma série de ineficiências e peculiaridades:** o saldo de crédito é baixo, a inadimplência é alta e a taxa de recuperação está abaixo do aceitável

- 3 • **Nas últimas décadas,** o mercado brasileiro passou por um período de **mudanças institucionais que deram certo** e impulsionaram esse mercado, mas também um período de **intervenções governamentais que** foram mal sucedidas

- 4 • Muitas das **mudanças e intervenções** buscavam, em última instância, **reduzir o custo do crédito** para o tomador. No entanto, **o spread bancário continua alto.** Mas **há espaço** para **diminuir assimetria informacional** com impacto no custo de risco e redução de barreiras à entrada

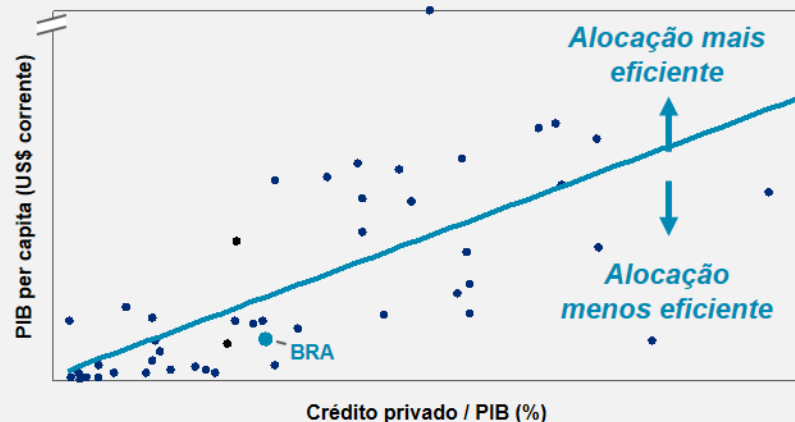
- 5 • **Menor custo, maiores volumes e maior desenvolvimento.** Para isso **consolidamos uma agenda** para a volta do **crescimento sustentável** desse mercado

1 Contexto

Mercado de crédito eficiente é vital para aumento da produtividade, no Brasil o crédito é mal alocado e caro

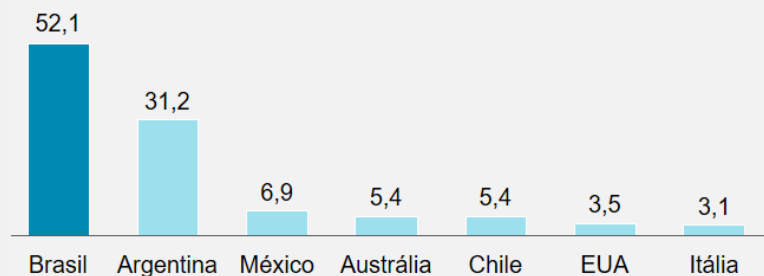
PIB per capita vs. crédito/PIB

2016



Taxa de juros para empréstimo

%, 2016



Um mercado de crédito eficiente...

- Cria os incentivos para a busca de projetos com maior retorno potencial
- Canaliza poupança para as atividades que geram aumento de produtividade
- Diversifica riscos e estimula a inovação
- Um mercado **eficiente** aumenta a **produtividade** da economia
- **Distorções** no mercado financeiro **prejudicam o crescimento** (King e Levine, 1993)

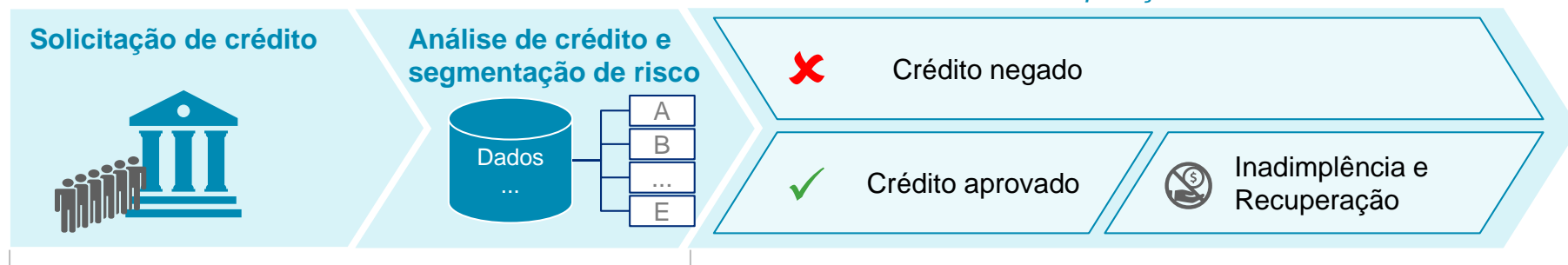
No Brasil...

- O crédito é **mal alocado**...
 - Países com alocação eficiente conseguem melhores retornos do crédito em comparação com o Brasil
- ... e **caro**
 - Taxa média de juros alta mesmo com a SELIC estando na sua baixa histórica

2 Contexto do Brasil

Ineficiências aumentam preço, diminuem volume e afetam concessão

Fluxo do cliente



Saldo de crédito **R\$3 tri**

Maior **disponibilidade de dados** permite

- Melhor **separação** entre bons e maus clientes
- Maior **flexibilização** da concessão de crédito
- Preço mais **justo**, favorecendo o bom pagador
- Maior **volume** sem aumento da taxa de inadimplência
- Maior **velocidade** e **imparcialidade** na concessão

Cadastro positivo é ferramenta importante para democratização do acesso à informação

Taxa de inadimplência chega a **3,9%** no Brasil¹

Ela é mais **alta** que em outros países como:

- México: 2,3%
- Argentina: 1,8%
- Chile: 1,8%
- Reino Unido: 0,9%

Brasil: recuperamos **R\$0,13 por R\$1** após **4 anos**

OCDE: recuperam **\$0,71 por \$1 em 1,7 anos**

América Latina: recuperam **\$0,31 por \$1 em 2,9 anos**

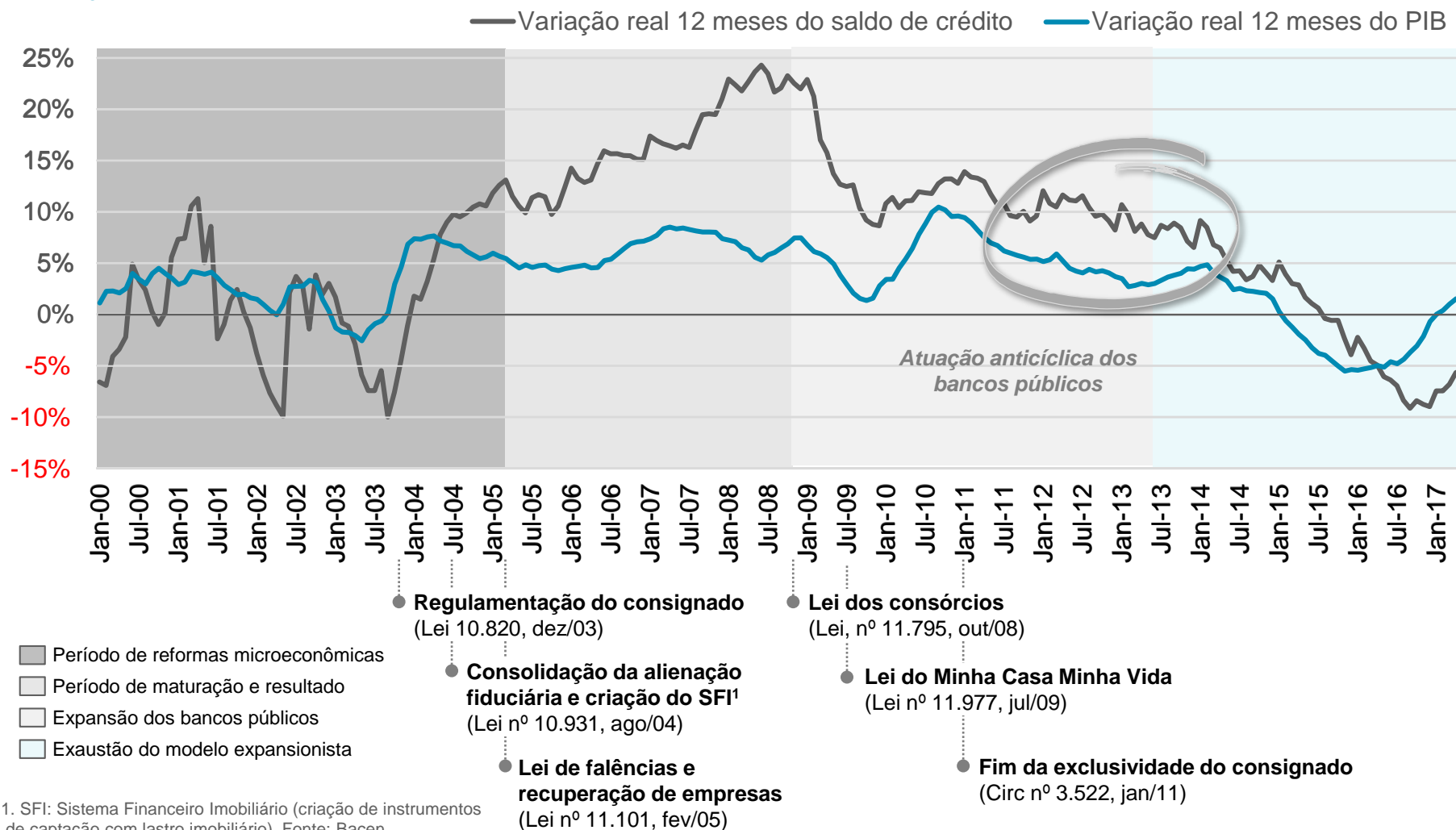
Antes da **Lei de Falências (2005):** recuperávamos **R\$0,002 por R\$1**

Fonte: Banco Mundial (2016), Trading Economics; SEBRAE: 2015, Lado A, Lado B: Recursos Financeiros; Banco Central do Brasil.

3 Evolução do mercado de crédito no Brasil

Tivemos diversas intervenções no mercado de crédito nos últimos 20 anos porém nem todas obtiveram sucesso

Evolução do mercado de crédito

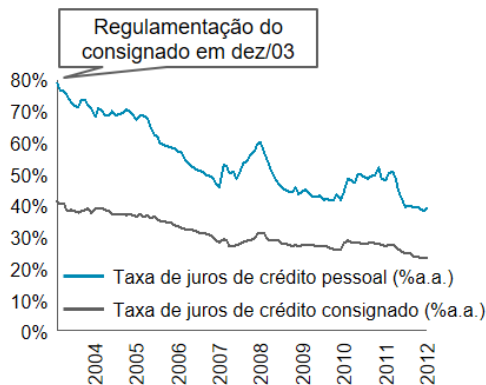


1. SFI: Sistema Financeiro Imobiliário (criação de instrumentos de captação com lastro imobiliário). Fonte: Bacen.

3 Intervenções de sucesso

Intervenções que funcionaram focaram em mudar o ambiente institucional, criando maior segurança jurídica

Crédito consignado



Impactos no crédito pessoal:¹

- **Redução das taxas de juros**, devido a inclusão da garantia
- **Aumento da demanda por crédito e do crédito concedido**
- Entre 2004 e 2006,
 - Saldo de **crédito pessoal** cresceu **159%**
 - **Crédito consignado** cresceu **397%**

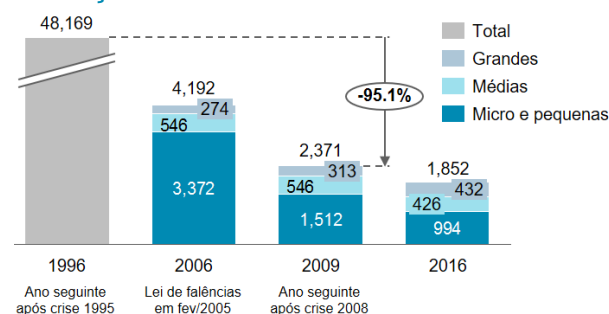
Lei da alienação fiduciária

Redução da insegurança jurídica para execução de garantia²

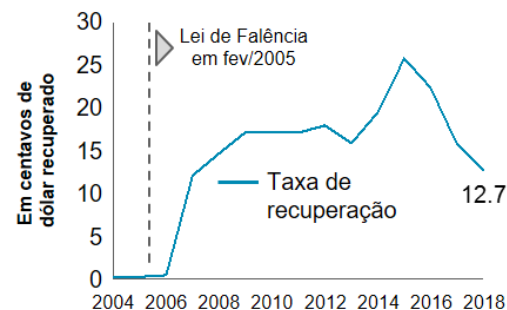
- A lei de alienação fiduciária permitiu a **democratização do crédito** expandindo o crédito a tomadores que anteriormente eram menos propensos a obter crédito
- A lei de alienação fiduciária **reduziu 9,4% o spread** de financiamento de veículos
- A **maturidade** dos financiamento de veículos **aumentou em 6%** após a lei
- Maior segurança jurídica na retomada de bens, reduzindo o **tempo para retomada de 2 e 3 anos para 3 semanas**

Lei de Falências

Redução no nº de falências³



Aumento da recuperação de crédito⁴



Impactos:⁵

- Aumento do **investimento**
- Aumento do **volume de crédito**
- Queda no **custo de capital** de ~22% para empresas de capital aberto.

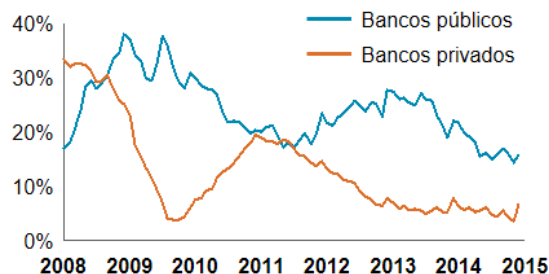
1. Coelho, Funchal & Mello (2012); Séries temporais, Banco Central do Brasil. 2. Assunção, Benmelech e Silva (2012), Repossession and democratization of credit. 3. Serasa. 4. Dados do relatório Doing Business do Banco Mundial. 5. Alencar & Ponticelli (2016); PJ. Aloísio & Funchal (2009), Aloísio et al. (2012), Alencar & Ponticelli (2016); Funchal (2008), Aloísio et al. (2012); © Oliver Wyman Aloísio & Funchal (2009).

3 Intervenções mal sucedidas

Já as intervenções diretas na concessão de crédito custaram caro e não obtiveram impacto no mercado

Expansão de crédito, bancos públicos

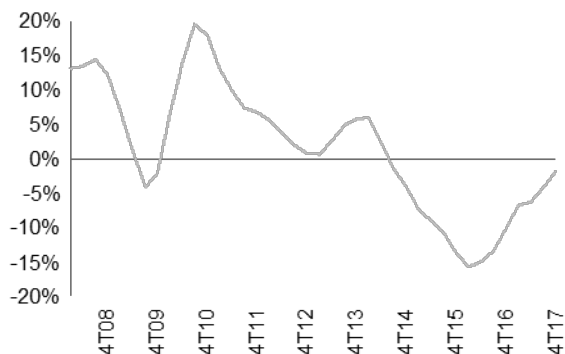
Saldo de crédito, variação 12 meses



- Em 2012, o saldo da carteira dos bancos públicos cresceu 28% enquanto dos bancos privados cresceu 7%
- Investimentos não acompanharam

Formação bruta de capital fixo

Variação 4 trimestres

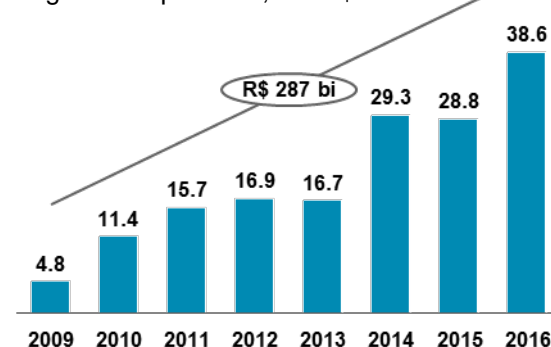


Custo com subsídio com carteira do BNDES é estimado em R\$ 287 bilhões

- 1,5% do PIB em 2015¹ enquanto a economia retraiu 3,5%
- Gerou aumento nos juros reais e diminuiu a eficácia da política monetária²

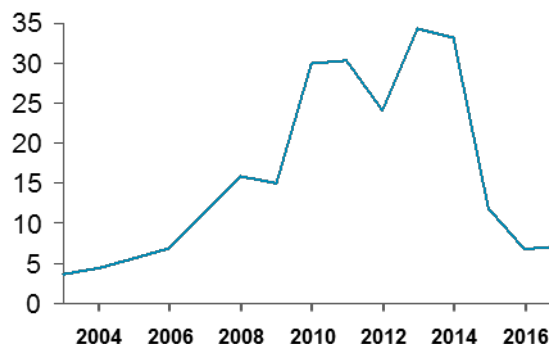
Valor do subsídio do Tesouro Nacional ao BNDES³

Regime competência, em R\$ bi

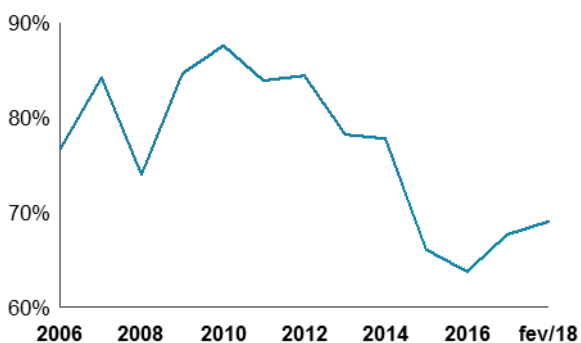


Exemplo: Finame para caminhões⁴

Desembolso do BNDES em Finame para transporte, em R\$ Bi



Utilização da capacidade instalada (indústria de veículos automotores e carrocerias)



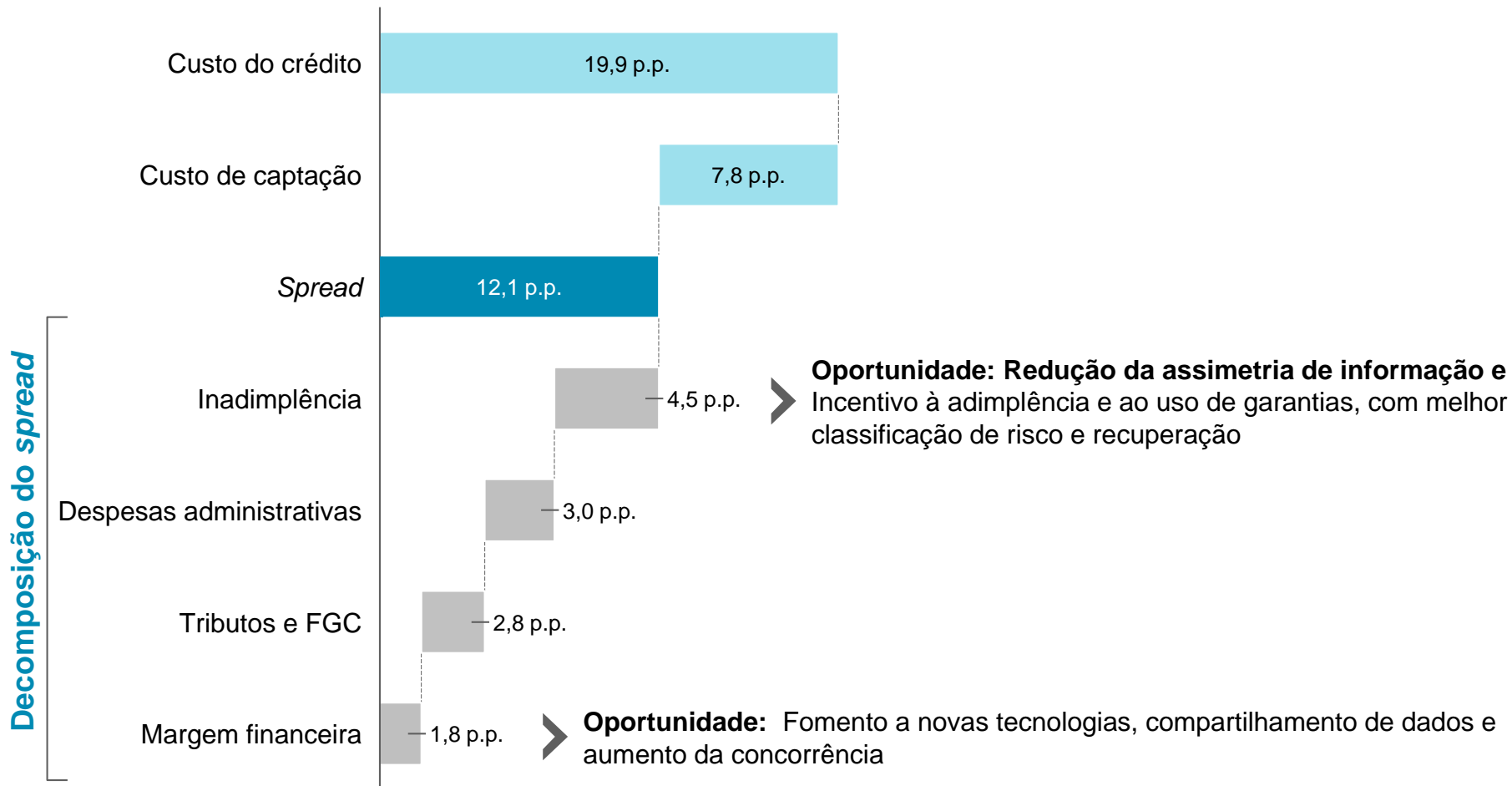
1. Godlfajn, Ilan. Painel Projeto de Spread Bancário, fev/2017, BCB. 2. Estima que 1 p.p. da % do crédito subsidiado para o BNDES no PIB provoca um aumento de 0,5 p.p. nos juros reais. Bolle (2015). 3. Boletim de Subsídios do Tesouro Nacional ao BNDES e à FINEP. 4. Fonte: CNI e BNDES (Finame: linha de financiamento do BNDES para máquinas e equipamentos).

4 Custo de crédito

O *spread* bancário continua alto, mas há espaço para diminuir assimetria informacional com impacto principalmente no custo de risco (inadimplência)

Decomposição do *spread* do índice de custo do crédito (ICC)

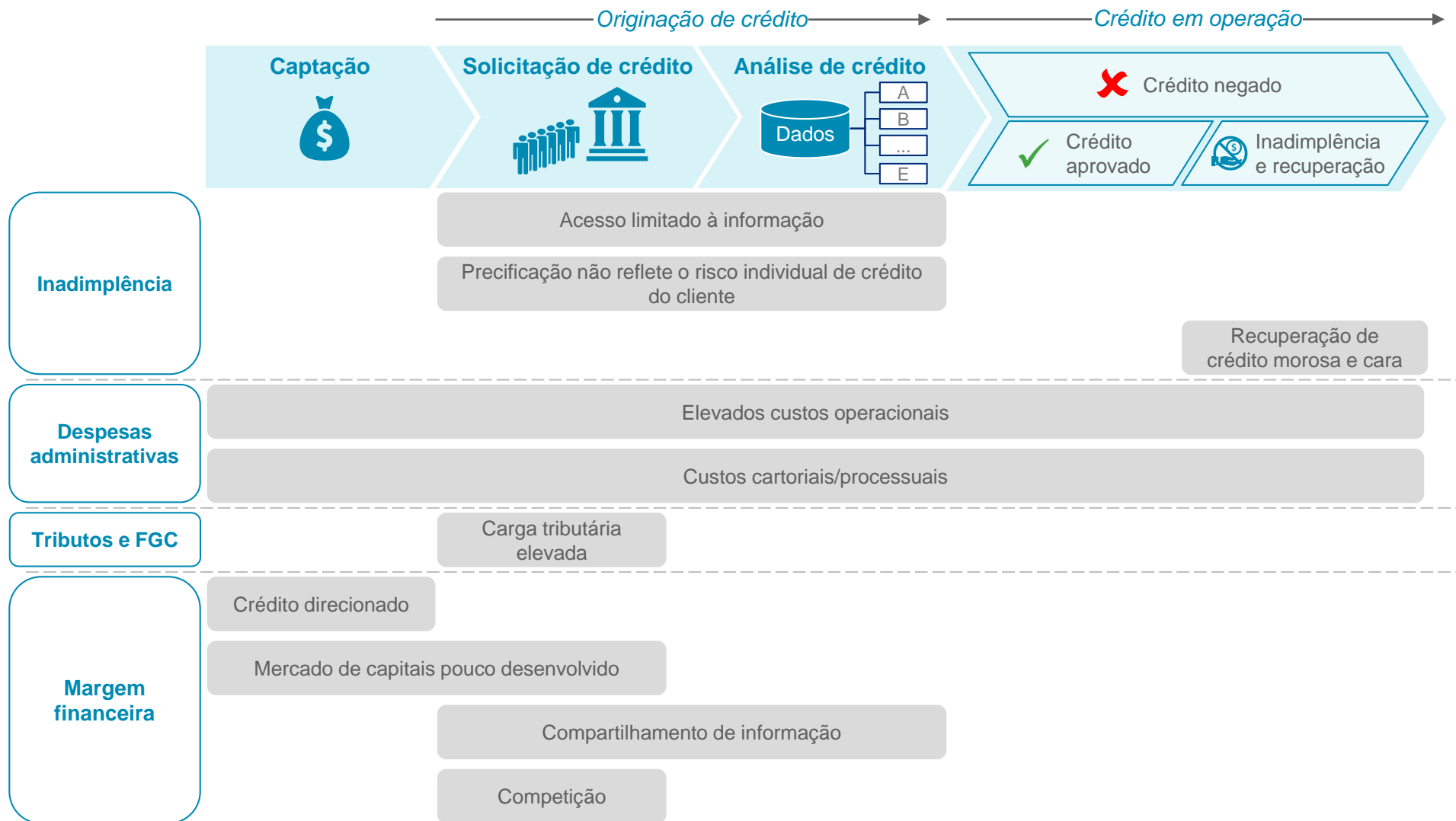
Taxa média 2015-2017



Fonte: Relatório de Economia Bancária, Banco Central do Brasil, 2017

5 Agenda para o crescimento sustentável do mercado de crédito

A agenda busca reduzir os principais problemas levantados em toda a cadeia de valor



5 Agenda para o crescimento sustentável do mercado de crédito

É preciso definir uma estratégia de implementação de iniciativas que visam a redução do *spread* bancário



5 Diagnóstico

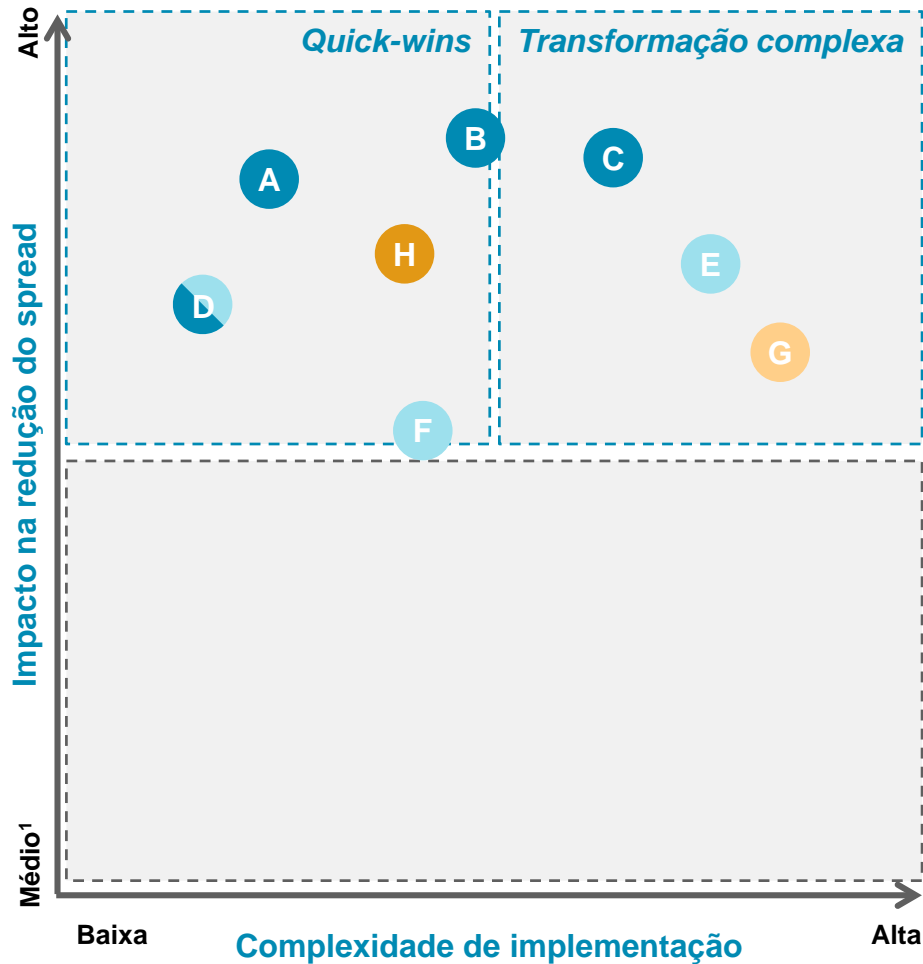
Existem dificuldades relevantes ligadas à assimetria de dados, custos operacionais e insegurança jurídica, que levam ao alto custo do crédito

Principais problemas identificados

Dados	Inexistência e/ou falta de acesso a dados sobre o tomador de crédito gera incerteza quanto à qualidade creditícia, o que adiciona ao custo de risco
	Bancos grandes têm vantagem informacional a partir dos dados transacionais
	Faltam medidas efetivas e eficazes de compartilhamento de dados e portabilidade do crédito
Cobrança	Qualidade de garantias reais é difícil de ser avaliada, dado que não há uma base de dados centralizada em pleno funcionamento
	Limite no acesso ao crédito por baixa disponibilidade e acesso facilitado a produtos financeiros com garantia , mesmo para pagadores em dia
	Insegurança jurídica para cobrança e recuperação de garantias é alta, apesar da existência de alienação fiduciária e nova lei de falências
Custo oper.	Custo de cobrança e tempo de recuperação são elevados
	Alto custo de aquisição de clientes favorece incumbentes
Competição	Faltam alternativas sustentáveis e escaláveis aos grandes bancos para suprir as necessidades de capital de giro <ul style="list-style-type: none">– Cooperativas não apresentam ainda a abrangência necessária– Empresa Simples de Crédito pode ser uma alternativa viável, com restrições
	Consumidor restrito a tomar crédito apenas nos bancos com os quais tem relação e histórico

5 Agenda para o crescimento sustentável do mercado de crédito

A priorização de iniciativas deve considerar o impacto de redução do *spread* e a complexidade de sua implementação



Iniciativas prioritadas

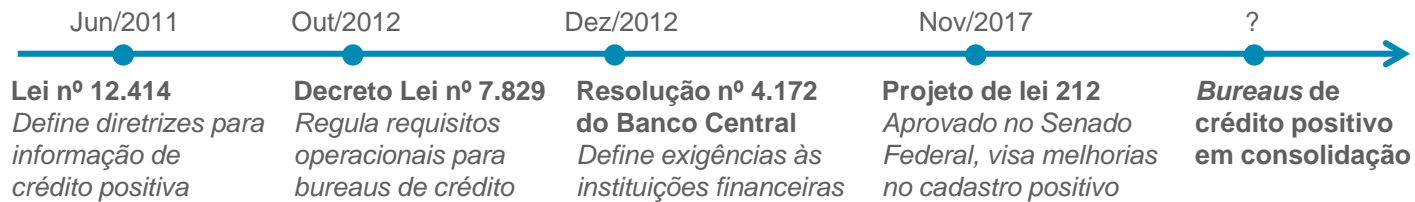
Dados	A	Aprimorar cadastro positivo
	B	Disponibilizar dados de faturamento e fiscais para análise de crédito
	C	Impulsionar portabilidade de dados efetiva para clientes, com proteção de privacidade
	D	Operacionalizar registro de recebíveis
Cobrança	E	Otimizar processos de execução e suas alternativas
	F	Estimular atuação das entidades de recuperação de ativos inadimplentes
Custo op.	G	Estabelecer arcabouço jurídico que acelere o Open Banking, exigindo conectividade através de APIs
Competição	H	Criar condições para o estabelecimento de <i>marketplaces</i> agregadores de demanda e oferta

1. Iniciativas de baixo impacto estimado foram desconsideradas desta análise

A Aprimorar Cadastro Positivo

Projeto de lei que altera a proposta inicial pode fazer com que o cadastro positivo no Brasil se consolide...

Cadastro positivo no Brasil



Lei original possuía falhas que seguraram o cadastro positivo no Brasil...

Apesar da lei do cadastro positivo no Brasil, **menos de 4% da população adulta aderiu** ao cadastro.



...mas que está sendo endereçado no atual projeto de lei








- O projeto de lei do Senado 212/2017, prevê alterações tanto na lei do sigilo bancário quanto na do cadastro positivo
 - **Não há necessidade de autorização prévia**
 - Bureaus de crédito devem oferecer um **sistema seguro** e deverão ser regulados pelo BACEN
 - Não há presunção de **responsabilidade solidária** entre banco de dados, fonte e consulente
 - **Inclusão de prestadores de serviços públicos** como fornecedores compulsórios de dados
 - Não inflige quebra de sigilo o compartilhamento de dados para bureaus

As melhorias propostas visam a permitir melhor seleção através da avaliação do risco de crédito de não clientes, contribuindo para a redução da inadimplência e o aumento da competição no mercado de crédito

A Aprimorar Cadastro Positivo

... mas ainda fica aquém no que se refere ao conjunto de informações disponíveis nos cadastros positivos no mundo

Exemplos de informações coletadas no cadastro positivo

País	Informações coletadas de pessoas físicas	Informações coletadas de pessoas jurídicas	Adesão
 Brasil	Histórico das operações de empréstimo e de financiamento (data da concessão, valor original total, valores das prestações, valores pagos)		<i>Opt-in</i>
 Alemanha	Registros relativos a conta corrente, cartões de crédito , contratos de telefonia celular , empréstimos e contratos de locação financeira		<i>Opt-in</i>
 Austrália	Limite de crédito , empréstimos pessoais, histórico de pagamentos (ex. cartões de crédito)	Limite de crédito, saldo da conta, histórico de pagamento comercial e aplicações de crédito	Compulsório
 Colômbia	Histórico de pagamento de contas bancárias abertas e fechadas, uso e gestão de produtos financeiros , pagamentos a empresas de crédito e prestadoras de serviço (ex: telefonia e TV)	Volume de negócios , histórico de pagamentos, empréstimos realizados, garantias de empréstimo	<i>Opt-in</i>
 EUA	Data de abertura das contas, limite de crédito, histórico de pagamentos (incluindo serviços públicos)	História do negócio, dados de registro comercial e operacionais da empresa, histórico de pagamentos	Compulsório
 México	Dados gerais, saldo bancário, detalhamento de créditos obtidos, histórico de pagamentos com avaliação de pontualidade		<i>Opt-in</i>
 Reino Unido	Dados sobre pessoas financeiramente ligadas ao consumidor (ex. contratação e crédito em conjunto) e de registro público (ex. julgamentos), registro eleitoral , endereço atual e anterior	Tempo de existência e tamanho da empresa, número de experiências comerciais, histórico de pagamentos e de crédito, informações de registro público (ex. julgamentos), aplicações financeiras recentes	Compulsório

A Aprimorar Cadastro Positivo

Informações que aprimorariam o cadastro positivo

Informações que precisam ser incluídas nos bureaus de crédito

Categoria de dados	Informações adicionais a serem tratadas
Registro	<ul style="list-style-type: none"> • Informações dos pais, cônjuges, data de constituição, tipo de relacionamento, documentos de identificação • Endereços relacionados • Grau de instrução
Poder aquisitivo	<ul style="list-style-type: none"> • Detalhes dos bens informados do cliente (Casa, carro, aplicações financeiras, etc.) • Nome da ocupação, datas de início e fim, nome e CPF/CNPJ do empregador • Valores de salário (líquido e bruto) • Renda informada e comprovada do cliente, com data de referência e documento de comprovação avaliando confiabilidade da informação
Produtos financeiros	<ul style="list-style-type: none"> • Limite de crédito • Histórico de uso de cartões de crédito e débito, com discriminação de operações ou faturas pelos diversos usuários de um contrato de cartão (filhos, cônjuges) • Balanço ao final do mês das contas, total de crédito e débito, movimentações realizadas, tipo de conta • Histórico de renegociações
Amplo espectro	<ul style="list-style-type: none"> • Comportamento de compras

B Disponibilizar dados de faturamento e fiscais para análise de crédito

O Chile disponibiliza à PMEs um relatório eletrônico de informações fiscais com objetivo de facilitar a obtenção de crédito

A disponibilização de dados fiscais no Chile

- O SII, *Servicio de Impuestos Internos* é uma entidade ligada ao Ministério da Fazenda chileno e similar à Receita Federal brasileira
- Através do SII, PFs e PJs podem **solicitar eletronicamente um extrato de seu histórico fiscal, enviado diretamente à IF credora de maneira gratuita**
- O objetivo é facilitar a tomada de crédito através de uma maior abrangência de dados, provenientes de uma fonte confiável



Melhorias planejadas

- Em 2016, o Governo Chileno anunciou a intenção de “**possibilitar aos bancos o acesso eletrônico às informações tributárias das empresas**”, através do SII
- A iniciativa permitirá que o processo seja iniciado pelo banco, não mais pelo tomador
 - Informações serão disponibilizadas através de aprovação prévia do cliente
 - O acesso será mantido por prazo limitado. Após este prazo, nova autorização deverá ser gerada



Dados disponibilizados pelo SII, atualmente

- Imposto de renda pago, referente aos 3 últimos anos
- Imposto sobre o consumo, referente aos 12 últimos meses
- Listagem de propriedades próprias (garantias)

Dificuldades

- O acesso à informação ainda é custosa e de difícil extração por parte dos bancos em razão da necessidade de autorização prévia do cliente
 - Uma forma para endereçar a redução da burocracia é permitir autorização de forma digital

B Disponibilizar dados de faturamento e fiscais para análise de crédito

Disponibilização de dados fiscais requer articulação em particular com as Receitas Estaduais

Etapas

Integração de dados entre Receitas e criação de base a ser compartilhada com as IFs, via decreto e lei

- A consolidação de um banco de dados permite **estimar o fluxo de caixa, faturamento e patrimônio, principalmente das PMEs**
- Aumenta consideravelmente a **qualidade de dados** para avaliação de crédito

Preparação de uma infraestrutura que permita adesão e o compartilhamento de dados

- Preparar infraestrutura em que o contribuinte possa **abdicar do sigilo fiscal de parte de suas informações, para fim de avaliação de crédito**
- O compartilhamento de dados pode ser definido como *opt out* ou *opt in*



1. Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas. 2. Web Service para troca de dados fiscais, cadastrais e imagens georreferenciadas de imóveis urbanos entre União e Municípios.

c Impulsionar a portabilidade de dados efetiva para clientes

Para que não haja *lock-in* do cliente, é necessário que ele tenha total poder de escolha quanto ao provedor de serviços financeiros...

Portabilidade de salário

Ativo do cliente

- **O que é:** assalariados podem escolher a instituição¹ pelo qual quer receber seu salário, sem custos adicionais



Portabilidade de crédito

Passivo do cliente

- **O que é:** transferência de dívida para outra IF com mesmo prazo e valor, sem custos e com a finalidade de conseguir melhores condições de crédito
- **Crédito PF portado é baixo e ~99% dos pedidos de portabilidade são de consignado**
- **Portabilidade de crédito foi o principal motivo de reclamações** apuradas pelo Banco Central do Brasil entre 2015 e 2016

Portabilidade de dados

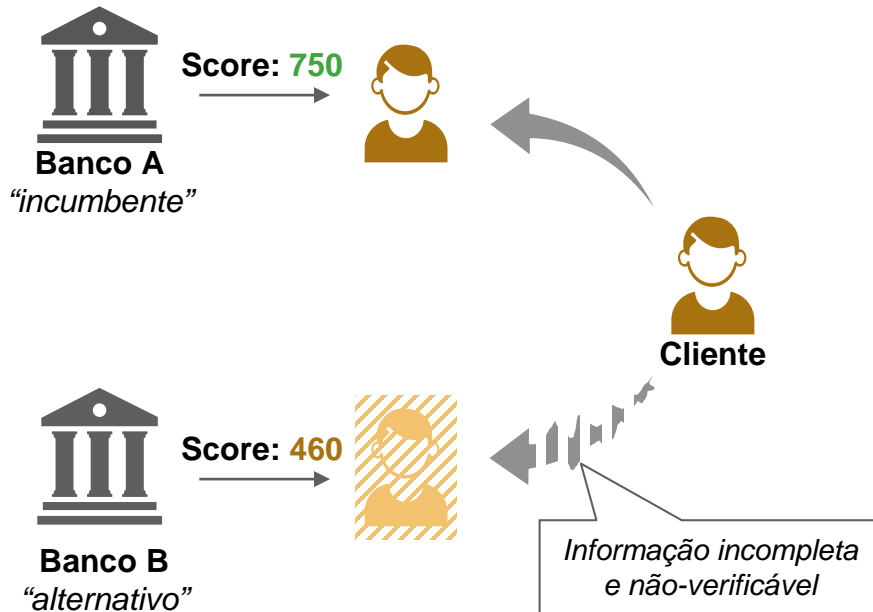
Cadastro e transacionalidade

- **O que é:** dados cadastrais e financeiros de clientes devem ser providos a eles e a terceiros, quando autorizado
- **Não há padronização** da transmissão das informação e a diferença de prazos regulatórios torna o uso da portabilidade de cadastro inviável como forma de reduzir a assimetria de informação que resulte em menor taxa de juros para uma portabilidade de crédito

1. Bancos tradicionais, instituições não bancárias, como bancos de investimentos e sociedades de crédito, desde que autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

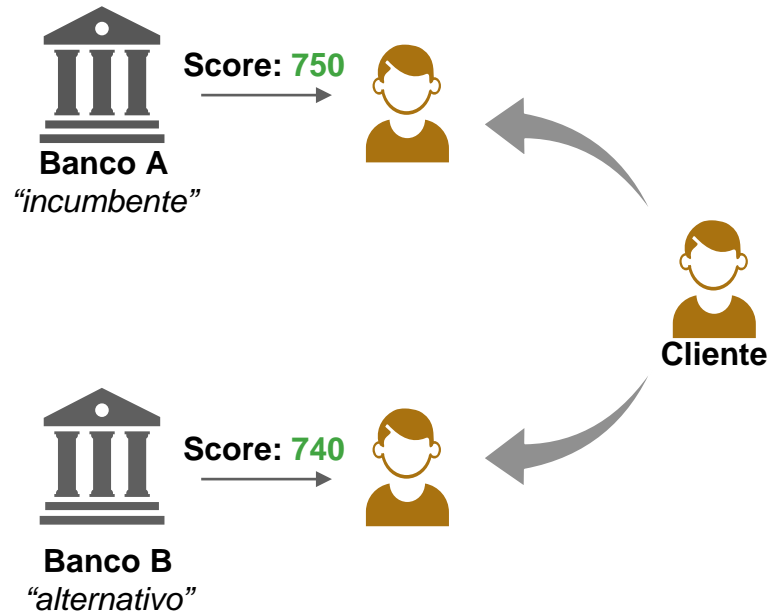
c Impulsionar a portabilidade de dados efetiva para clientes
 ...o que só é possível com a portabilidade de seus dados, que reduz a
 assimetria de informação e torna mais transparente a atratividade de servir

Incentivos sem portabilidade de dados efetiva



- Assimetria de dados atinge players menores, como bancos médios e pequenos, cooperativas e *fintechs*
 - Têm de ser mais conservadoras na avaliação de risco para compensar a falta de dados
 - Resulta em preços mais elevados e menor atratividade/ competitividade

Incentivos com portabilidade de dados efetiva



- Compartilhamento de dados cadastrais e transacionais permite que *players* menores avaliem o perfil de risco dos clientes de forma mais precisa
 - Possibilidade de ofertas mais competitivas
- Redução/ eliminação dos custos para o cliente mudar de banco

D Operacionalizar registro de recebíveis

A China reformou em 2007 seu sistema de garantias, criando um registro central de ativos móveis, incluindo recebíveis



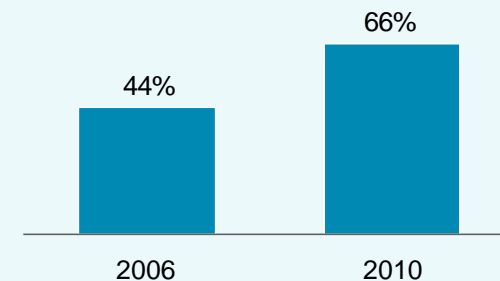
Reforma de sistema da garantias chinês

- China reformou seu sistemas de garantias em 2007, quando constatou que **71% das PMES consideravam baixo acesso ao crédito como principal barreira** ao crescimento
- A reforma seguiu alterações legislativas, a criação de um registro unificado e um programa para disseminação do projeto
 - **Lei:** Foi criado um esquema de prioridades mais transparente para credores com garantia e sem garantia
 - **Registro:** Foi criado um **cadastro nacional online de penhores de contas a receber e inventário**
 - O registro é supervisionado pelo *Credit Reference Center*, uma unidade vinculada ao Banco Popular da China
 - Possui acesso online via conta de usuário e reúne informações sobre a identificação do tomador, credor, descrição do ativo e da operação de crédito
 - **Divulgação:** Foram promovidos eventos educativos para clientes e setor público para disseminar a importância do projeto

Resultados obtidos

- ~500.000 cadastros, até junho de 2011, **sendo que cerca de 75% deles baseavam-se em contas a receber**
 - **US\$ 3,6 trilhões** em empréstimos com garantia de recebíveis, dos quais **US\$ 1,1 trilhão destinados a PMEs**
 - A parcela dos **empréstimos baseados em ativos móveis na China cresceu de 16% para 36%** entre 2006 e 2011
- Dos 5 maiores bancos chineses, 4 reportaram crescimento anual em empréstimos com garantias móveis maior que 25% ao ano entre 2008 e 2010

Participação das PMEs na carteira de crédito chinesa (Por volume financeiro, %)



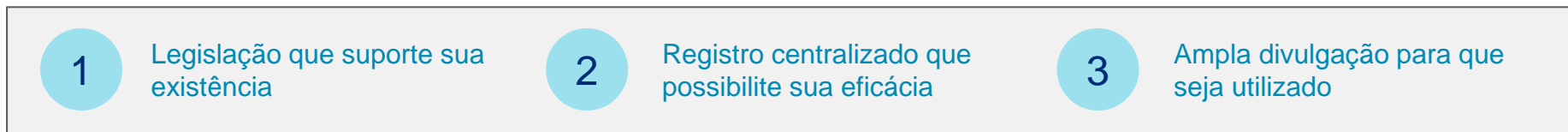
Nota: O relacionamento entre crédito privado e status de prioridade de credores segurados é estatisticamente significativo ao fazer o controle por tamanho do país, nível de renda, aplicação da lei, origem legal e regiões




Fonte: Banco Mundial, Oliver Wyman

D Operacionalizar registro de recebíveis

No Brasil, o registro de recebíveis já é previsto pela lei 13.476, mas medidas precisam ser efetivadas para torna-lo operacional

O registro de ativos móveis (incluindo recebíveis) deve apoiar-se em 3 pilares:



Requisitos	Estágio atual	Próximos passos
Pilar 1: Lei <ul style="list-style-type: none"> O registro de recebíveis deve ser apoiado por legislação que suporte a existência de registro central, para que sejam registrados digitalmente e sem a dependência de cartórios 	 <ul style="list-style-type: none"> O registro digital é 30x1 mais barato que em cartório, no entanto ainda não se pode garantir seu respaldo jurídico 	<ul style="list-style-type: none"> Aprovar PL 9327 para legitimar registro digital de duplicatas (criando as “duplicatas escriturais”), e assim incentivar seu uso vs. registro cartorial
Pilar 2: Registro Eletrônico <ul style="list-style-type: none"> Deve haver um registro funcional e centralizado que permita fácil consulta e rastreamento de ativos nele registrados e traga todas as informações relevantes 	 <ul style="list-style-type: none"> Há empresa que atua no registro de recebíveis No entanto, ainda não há autorização para funcionamento como registro central 	<ul style="list-style-type: none"> Conforme registradoras se estabelecem, garantir unicidade através de <ul style="list-style-type: none"> Compartilhamento de dados entre registradoras; ou Conexão entre registradoras e escriturária de duplicatas
Pilar 3: Adesão <ul style="list-style-type: none"> É essencial o amplo conhecimento sobre o registro de ativos para que PMEs estejam cientes sobre as possibilidades de registro e garantia 	 <ul style="list-style-type: none"> Registro de recebíveis é pouco difundido no Brasil 	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar o uso do registro através da divulgação

○ Sem desenvolvimento ● Pleno funcionamento

E Otimizar processos de execução e suas alternativas

Novas medidas de recuperação de garantias para desburocratizar e acelerar o processo de execução são necessárias

Iniciativas

- **Estabelecer legislação clara de excussão extrajudicial de bens alienados**
 - Excetuar apenas financiamento de imóveis residenciais em que o tomador mora na casa financiada
 - Notificação simplificada
 - Se ativo recuperado não for no valor da dívida, possibilidade de cobrar o restante
 - Dívidas fiscais e impostos (e.g. IPVA) transmitidas ao tomador
- **Reduzir dependência em leilões para recuperação de garantias**
 - Venda de veículos já pode ser feita de maneira direta por valor de mercado – porém nesse caso a dívida é extinta
- **Incentivar alternativas a sistema jurídico: conciliação e mediação**
 - Remover a obrigatoriedade da conciliação/ mediação quando houver desinteresse por uma das partes
 - Investir na formação de mediadores e na criação de CEJUSCs¹
- **Sensibilizar o judiciário sobre os impactos de decisões individuais no mercado de crédito**
 - Aproximar relação entre Bacen e Judiciário
- **Instituição de juízes-robô para causas de menor valor**

Exemplos internacionais

- 
 - Para garantias em que excussão extrajudicial é prevista, tomada de bem pode ser realizada após notificação
- 
 - Excussão extrajudicial prevista para qualquer tipo de bem, exceto imóveis que sejam bem de família
 - Promoveu programas de conscientização do judiciário com relação a cobrança
- 
 - Com exceção de imóveis, leilões são opcionais para ativos recuperados
- 
 - *Alternative Dispute Resolution* (ADRs) são amplamente utilizadas, e com grande sucesso: 83% delas gera acordos (Quebec)
- 
 - Programas de arbitragem anexos ao tribunal
- 
 - Obrigatoriedade de treinamentos contínuos sobre o mercado de crédito
- 
 - Em testes, utilização de robôs em simulação de decisão judicial

1. Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania

F Estimular atuação das entidades de recuperação de ativos inadimplentes

Regulação específica, exigência de requisitos operacionais e fortalecimento da cobrança viabilizarão o crescimento da gestão de NPLs¹

Recomendações do FMI para supervisão de gestão de ativos inadimplentes na Europa²

Pilares	Status	Iniciativas
A. Aperfeiçoamento da supervisão	✓ Adoção de medidas robustas de provisionamento e requisitos de capital para incentivar a recuperação de ativos	➤ • Brasil já emprega requisitos robustos de provisionamento e capital
	✗ Poder de sanção regulatória para instituições de recuperação de ativos	➤ • Analisar eventuais mudanças no Código de Defesa do Consumidor
	✗ Exigência de desenvolvimento da capacidade de gestão de ativos inadimplentes	➤ • Exigir a definição de estratégias claras para a redução de NPLs
B. Medidas de suporte	✓ Mecanismos que possibilitem um mercado secundários de NPLs	➤ • A securitização através de FIDCs permite a existência de um mercado secundários de NPLs
	⚠ Melhorar o acesso a informação sobre o tomador de crédito e qualidade da garantia	➤ • Previsto nas iniciativas A B C D
	⚠ Sistema legal/jurídico eficiente para recuperação de garantias	➤ • Previsto na iniciativa E

1. *Non-performing loans*;

2. IMF, *A Strategy for Resolving Europe's Problem Loans*, set/15;

G Aceleração do *Open Banking*, exigindo conectividade através de APIs

Um modelo possível modelo para o Brasil seria o PSD2, porém inicialmente voltado aos bancos, para depois expandí-lo a *fintechs*

Principais elementos do PSD2

Extensa regulação da União Europeia relacionada ao mercado de pagamentos:

- Aprofunda os esforços do primeiro PSD de padronizar o mercado de pagamentos, estimular a competição e garantir a segurança do sistema
- Foco em pontos não cobertos pela regulação anterior, como novas tecnologias e modelos de negócio, com atenção significativa para comércio eletrônico
- Desenhou sistema em que TPPs (*third-party providers*) possam acessar contas bancárias em nome de usuários
 - **AISP (Account Information Service Provider)**: TPP acessa múltiplas contas online de um usuário para fornecer visão consolidada (ou não) de suas finanças, viabilizando a portabilidade de dados
 - **PISP (Payment Initiation Service Provider)**: TPP que inicia pagamento diretamente da conta do pagador
- Integração tecnológica permitirá que TPPs atuem sem necessitar de autorizações dos bancos
- PSD2 não impõe APIs como sistema oficial de integração
 - No entanto, a CMA¹, a qual regula o *open banking* em completude, **exige a integração via open APIs**

Comparativo

PSD2 (EU) / CMA (UK)

Escopo de dados

- Principalmente dados cadastrais e transacionais

Entidades envolvidas

- Prestadores de serviços pagamentos

Entidades que utilizariam o sistema

- Players variados, como varejistas e empresas de tecnologia

Tecnologia de integração

- Não especificado no PSD2, mas no CMA exige integração via open API

Mecanismo regulatório

- Diretiva do Conselho e Parlamento Europeu
 - Necessidade de ser internalizada pelos países membros

G Aceleração do *Open Banking*, exigindo conectividade através de APIs

Uma API é um conjunto de rotinas, protocolos e ferramentas que define a comunicação entre aplicativos

Definição: *Application Programming Interfaces (API)*

- Permite troca de dados automática e comunicação direta entre aplicativos
- Pode ser privado e apenas para uso interno, integrado entre companhias ou aberto para terceiros

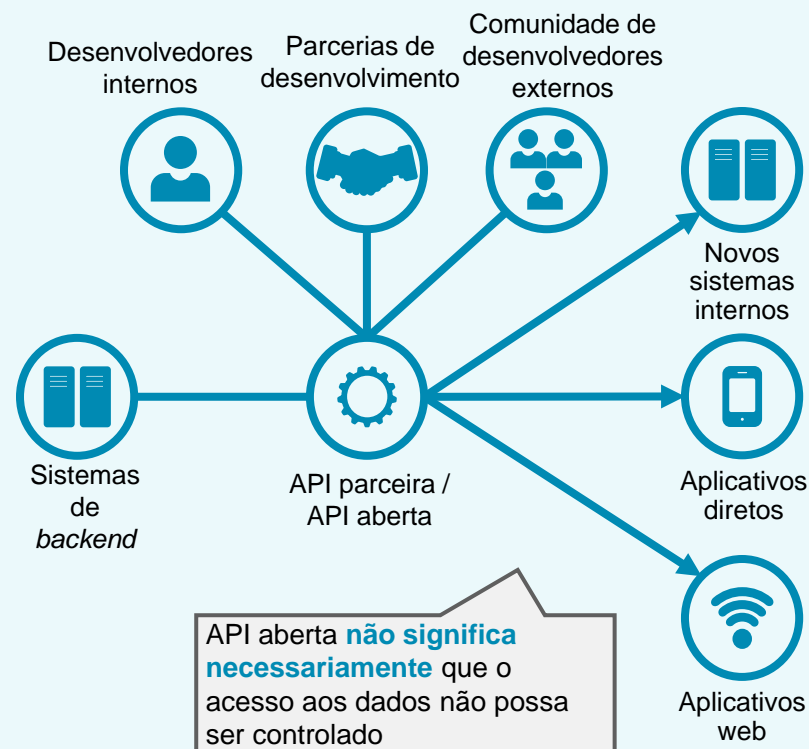
Impactos das APIs

Benefícios para bancos

- ✓ Extensão do alcance do banco → disponibilidade de estar no lugar certo no momento certo
- ✓ Arquitetura simplificada → facilita testes; menores pontos de falha potencial
- ✓ Terceiriza P&D → aumenta a diversidade de serviços e facilita a inovação
- ✓ Maior facilidade de reuso → maior consistência
- ✓ Novas fontes de receita → habilidade de pensar sobre o cliente com maior flexibilidade

Riscos para bancos:

- **Experiência** → permite riscos reputacionais relacionados à experiência do cliente, se não for coordenada
- **Competição** → competidores podem utilizar API para desenvolver produtos e serviços competitivos
- **Falta de intermediação** → entrada de terceiros entre o banco e seus clientes pode trazer problemas estratégicos



H Criar condições para *marketplaces* agregadores de demanda e oferta Plataforma para não somente para conectar bancos e consumidores mas estabelecer ofertas comparáveis e de amplo alcance



Conclusão

- Um mercado de crédito eficiente estimula o crescimento
- A eficiência do mercado depende do desenho das regras
- No Brasil, regras geram um crédito caro e estimulam a má alocação
- Intervenções recentes que focaram em alocação direta – e não em regras – fracassaram
- Intervenções que focaram na melhoria do ambiente institucional obtiveram sucesso
- As iniciativas visam a aumentar a segurança jurídica e diminuir a assimetria de informação, com impacto no preço e volume
- Portanto medidas que atuem nesta direção devem levar a redução do *spread* de forma significativa

Perguntas



